

Brasil fecha acordo provisório com os credores

Os bancos aportam US\$ 6,4 bi para refinarar juros e reduzem *spread* de 1,66% para 0,8125%

Os bancos credores e o Governo brasileiro fecharam acordo preliminar na noite do último sábado sobre o rescalonamento da dívida externa de médio prazo. Este acordo abrangia montante de 5,6 a 5,8 bilhões de dólares em financiamento novo de médio prazo e mais 600 milhões de dólares para linhas de curto prazo, de 1987 ao primeiro semestre de 89. O total poderá atingir 6,4 bilhões de dólares. O *spread* (taxa de risco) foi acertado em 0,8125 por cento ao ano e se aplicará tanto sobre a dívida antiga quanto ao dinheiro a ser recebido agora.

O anúncio oficial do acordo foi feito ontem, no final da tarde, pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Ele se reuniu com o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada, durante pouco mais de uma hora, antes de anunciar o acordo. Da reunião, participaram os ministros da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, e do Desenvolvimento Urbano, Prisco Vianna. O presidente Sarney não fez qualquer pronunciamento sobre o acordo.

O acordo prevê que os bancos que integram o comitê se comprometeram a repor imediatamente as linhas de crédito de curto prazo na ordem de 300 milhões de dólares. Este montante é a metade do mínimo (600 milhões) já assegurado para o País. O total dos 600 milhões vai ser liberado antes do acordo final que vai acontecer na segunda quinzena de março.

Foram criados mecanismos para estimular a permanência de depósitos interbancários de comércio em agências de bancos brasileiros no exterior. Isto significa que os bancos

com insuficiência de linhas de crédito não realizarão operações de reempréstimo, conversão da dívida e mudança do Projeto três (financiar diretamente o comércio exterior) para o Projeto quatro (aplicar os recursos que seriam destinados às exportações, diretamente em bancos brasileiros).

O Brasil regulariza, definitivamente, o pagamento dos juros da dívida e isto permitirá ao Banco Central recuperar créditos voluntários, até o final do ano da ordem de 350 milhões de dólares. De dezembro de 87 a fevereiro deste ano, o Brasil desembolsou 2,7 bilhões de dólares no pagamento dos juros, sendo 1,7 bilhões das próprias reservas.

Foi acertado, ainda, que o Brasil pagará uma comissão de 0,375 por cento (três oitavos) aos bancos que aderirem rapidamente ao acordo. O prazo para a adesão dos cerca de 700 bancos ainda não foi determinado, segundo o Ministro da Fazenda. Esta comissão é igual à paga pela Argentina em recente acordo com os bancos credores. Se todos os bancos aderirem e receberem esta comissão o País deve gastar, no máximo, 19 milhões de dólares, informou Mailson da Nóbrega.

O Governo brasileiro está negociando o conjunto da dívida de longo prazo com os bancos credores da ordem de 67,6 bilhões de dólares. Deste total, de acordo com Mailson da Nóbrega, 95 por cento — com vencimento até 1993 — serão reescalonados. O prazo de pagamento da dívida ainda não foi acertado. Mas o Governo brasileiro espera obter 25 anos com oito ou 10 de carência.

O acordo preliminar não implica, segundo Mailson da Nóbrega, em um documento a ser assinado entre credores e o Governo brasileiro, mas apenas um comunicado do Comitê dos Bancos (14 bancos) aos outros 700. Isto, segundo o ministro, representa um progresso significativo para reestabelecer as boas relações que tradicionalmente o Brasil manteve com a comunidade financeira internacional.

Este acordo abrange os anos de 1987 e 1988 e mais o primeiro semestre de 1989. Para 89, haverá uma nova definição da parcela que o Brasil necessita, mas que pode ficar em torno de 500 milhões de dólares.

Mailson da Nóbrega lembrou que existem dois pontos importantes a serem negociados com os bancos. O prazo de pagamento e a aplicação do mecanismo conhecido como "carve-out" (estende a redução do *spread* para toda a dívida com aval do União. Caso este mecanismo seja aplicado, o Brasil economizará cerca de um milhão de dólares com a redução da taxa de risco, nos próximos três anos.

Mas este mecanismo deverá ser aplicado somente sobre a dívida "bancada" pela União ou feita diretamente por ela. A dívida externa brasileira feita através da Resolução 63 do Banco Central é muito pulverizada e "existem problemas operacionais" para a aplicação do "carve-out". A dívida da União com os bancos credores deve ser da ordem de 50 bilhões de dólares.

Existe a possibilidade de redução do volume total de refinanciamento de 5,8 para 5,6 bilhões, caso o "carve-out" seja aplicado. Esta diferença será ajustada, segundo Mailson da Nóbrega,

à medida que o mecanismo for sendo aplicado.

PROGRESSO

O Ministro da Fazenda classificou de muito bom este acordo com os bancos, mesmo sem o "carve-out" definido e o prazo de pagamento em aberto. Ao longo desta semana o Brasil vai pagar o saldo dos juros de janeiro e a totalidade dos juros de fevereiro, com os próprios recursos. O saldo de janeiro estimado pelo ministro é de 500 milhões de dólares, o total de fevereiro é de 200 milhões de dólares.

Este acordo preliminar estabelece, ainda, que os bancos que estiveram com insuficiência de depósitos, especialmente nas linhas de comércio, depositarão no Banco Central antes mesmo do primeiro desembolso. Este depósito permanecerá no BC por, no mínimo, 180 dias. O objetivo disto, segundo o ministro, é evitar as insuficiências e este depósito poderá ser sacado para atender a uma operação legítima de comércio.

EMPRÉSTIMO-PONTE

No final de Abril, de acordo com o Ministro da Fazenda, o Brasil deve obter um empréstimo-ponte "para continuar mantendo em dia o pagamento dos juros da dívida. Este empréstimo cobriria parte substancial dos juros a serem pagos de abril a junho deste ano.

Durante todo este ano o Brasil deve pagar cerca de 6,6 bilhões de dólares de juros. Somente o segundo trimestre do ano o pagamento vai totalizar 1,8 bilhão de dólares. No mês de março os juros vão ser de 230 milhões de dólares.

MARCOS HENRIQUE



Mailson Nóbrega considerou muito bom o acordo preliminar e anunciou que agora vem acerto com o FMI